

## **A PARTICIPAÇÃO DOS PROGRAMAS BOLSA FAMÍLIA, PETI E BPC NA REDUÇÃO DA POBREZA NOS MUNICÍPIOS DO RIO GRANDE DO NORTE (2000-2007)**

Os Programas Bolsa Família, PETI e o Benefício de Prestação Continuada (BPC-LOAS), estão relacionados diretamente com a retirada de 1.078.048 pessoas da situação de pobreza no Estado do Rio Grande do Norte, no período de 2000 a 2007. Demonstrando que os municípios que tiveram maior transferência e redistribuição de renda, proveniente de tais programas foram os que tiveram maior impacto na redução da Proporção de Pobres e Indigentes. Podendo se aferir que o engajamento das famílias com as condicionalidades dos programas refletem também na queda da Taxa de Abandono Escolar, além disso, pode-se aferir que as políticas de transferência de renda direta fortalecem as economias locais. A nossa pesquisa conclui que elevação das rendas causadas pelas transferências, apresentam impactos relevantes sobre a escolarização dos jovens nas famílias beneficiárias. Não há dúvida de que os programas de transferência de renda, voltados para qualquer campo social, representam um mecanismo de diminuição das mazelas mais perversas da pobreza, da iniquidade social e econômica que é a fome. Gerando mobilidades de pessoas e novas demandas sociais que colocam no mercado contingentes populacionais que vivem à margem de diversas formas de consumo.

**Palavras Chave:** Transferência de renda direta, Programa Bolsa Família, PETI, Benefícios de Prestação Continuada, Redução da Pobreza

## Introdução

A questão da avaliação do combate à pobreza de uma determinada sociedade é tarefa bastante complexa, considerando-se a gama de fatores que a permeiam, tais como a educação, a cultura e a economia, propriamente dita. Vem daí a relevância do tema, bem como sua constante presença nos debates sobre os frutos das políticas públicas, da estrutura institucional e do desenvolvimento econômico que são os elementos norteadores deste trabalho, que busca constatar e destacar os dados demográficos e sociais mais importantes, as tendências mais marcantes e as questões inerentes a ela no espaço norte-riograndense.

Destacar o papel de uma política social através de programas governamentais, como é o caso do Programa Bolsa Família (PBF)<sup>1</sup>, que cria a possibilidade de mudanças no perfil sócio demográfico dado a importância que a ação desta política pública tem na conformação da realidade econômica regional, bem como os programas e ações sociais do governo aqui relatados que geram mobilidades de pessoas e novas demandas sociais, como é o caso dos Benefícios de Prestação Continuada (BPC<sup>2</sup>), do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI<sup>3</sup>) que colocam no mercado contingentes populacionais que vivem à margem de diversas formas de consumo.

Essa mobilidade, juntamente com as novas demandas sociais modifica o estilo de vida e transforma territórios; o campo que perde densidade populacional e a cidade, tendo que buscar novas formas de sustentabilidade urbana, devido à presença dos novos residentes cuja demanda mais imediata é a moradia. Algumas dessas cidades que tinham forte relação com o seu entorno rural têm essa relação rapidamente reduzida, muitas vezes sem ter um sucedâneo econômico para as atividades rurais.

Estas políticas sociais geram capital social, que também criam uma economia sem produção local, mas, como faz circular o dinheiro, inclui, portanto, novos consumidores no mercado, determinando que o seu processo econômico se faça através de circulação de

---

<sup>1</sup> O **Bolsa Família** é um programa de bem-estar social desenvolvido pelo governo federal brasileiro em 2003 para integrar o Fome Zero. Consiste-se na ajuda financeira às famílias pobres e indigentes do país, com a condição de que estas mantenham seus filhos na escola e vacinados. O programa visa reduzir a pobreza a curto e longo prazo através de transferências condicionadas de capital, o que, por sua vez, visa acabar com a transmissão da miséria de geração a geração. É administrado pelo Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome (MDS), é considerado um dos principais programas de combate à pobreza do Brasil.

<sup>2</sup> O **Benefício de Prestação Continuada** (BPC), também conhecido como Benefício de Prestação Continuada regido pela Lei Orgânica da Assistência Social BPC-LOAS é um benefício de 01 salário mínimo mensal pago às pessoas idosas com 67 anos ou mais, conforme o estabelecido no Art. 34 da Lei nº 10.741, em 1º de outubro de 2003 - o Estatuto do Idoso, e às pessoas portadoras de deficiência incapacitadas para a vida independente e para o trabalho.

<sup>3</sup> O **Programa PETI** é regulamentado pela Portaria nº 20, publicada em 2001, pelo Ministério do Trabalho e do Emprego (MTE). Terá prioridade as famílias com renda *per capita* de até ½ salário mínimo, ou seja, aquelas que se encontrem abaixo da linha de pobreza. O financiamento do Programa e sua gestão estão sob a responsabilidade das três esferas do Poder Público. O recurso repassado aos Fundos Estaduais e aos Fundos Municipais de Assistência Social está alocado no Fundo Nacional de Assistência Social.

homens, mercadorias e serviços e com a produção de novos territórios (ABRANCHES, 1998).

Norteadas pelas análises das políticas públicas pelo combate à pobreza, é fundamental entender como esse capital social é capaz de modificar os indicadores de qualidade de vida de uma parte significativa da população do estado do Rio Grande do Norte.

Nos dados levantados e no mapeamento dessas políticas públicas demonstraram que em áreas mais pobres do território Estadual, o papel das instituições atuantes e dos programas de combate à pobreza, quando colocados à disposição da sociedade, cria a possibilidade de uma cidadania, através da redução das desigualdades sociais.

É o caso do Bolsa Família, que garante a segurança alimentar de famílias e faz investimentos na criança, pagando aos pais para mantê-las na escola. O argumento de que o programa cria uma geração de trabalhadores que deixa de trabalhar porque recebe mensalmente do governo, não se sustenta, porque seu objetivo não é na geração atual, mas sim, na de seus filhos. A criança de hoje e o seu futuro é o objeto deste programa.

No Rio Grande do Norte, os dados do ano de 2007, demonstram que o pagamento às famílias totaliza um investimento de R\$ 243,3 milhões. Isto proporciona a 302.720 famílias viverem com recursos do Bolsa Família, o que equivale a 33% das famílias potiguares, e mesmo assim, o programa não cobre as demandas do Estado, porque ainda tem 134 mil famílias, com rendimentos abaixo de  $\frac{1}{2}$  salário mínimo *per capita* e que não estão cobertas pelo programa.

## **Metodologia**

Neste trabalho, realizamos uma análise exploratória espacial dos fatores representativos que induzem uma melhoria nos indicadores sociais, gerada pela circulação de capital, originário das transferências governamentais para a população pobre dos municípios do Estado no período de 2000 até 2007, e investigamos a correlação entre os recursos desses programas e a melhoria dos indicadores sociais de desenvolvimento humano. Por esse motivo, realizamos uma análise descritiva dos fatores representativos da demografia populacional dos municípios do Estado. Agrupamos os municípios com os melhores índices e indicadores com a finalidade de deixar mais rápida a visualização da concentração dos indicadores nos conglomerados de municípios.

Estabelecemos como unidade de análise o número de famílias<sup>4</sup> e a população total por município, identificável no Censo 2000, na Pesquisa Nacional por Amostragem

---

<sup>4</sup> Conjunto de pessoas que vivam sob o mesmo teto, assim entendidos: o cônjuge, o companheiro (a), os pais, os filhos, inclusive o enteado e o menor tutelado, e irmãos não-emancipados de qualquer condição, menores de 21 anos ou inválidos.

Domiciliar 2004 (PNAD) e na Contagem Populacional 2007. Isto posto, definimos os domicílios poderiam ter um ou mais beneficiários, por programas de transferência de renda.

A metodologia aqui proposta visa estimar a dimensão financeira, demográfica e social dos municípios do Rio Grande do Norte. Assim, a idéia básica é utilizar Mapas e análises descritivas para verificar os conglomerados georeferenciados, os repasses e a cobertura dos programas de transferência de renda. Onde as ferramentas estatísticas de Análise de Correlação e Análise de Variância –ANOVA- construíram um resumo de toda a matriz de dados.

A Análise de Correlação verifica o quanto a variável dependente está relacionada com as outras variáveis independentes e a Análise de Variância analisa através do Teste F quanto é significativo dizer que as variáveis analisadas estão compreendidas dentro de um modelo de regressão.

A Correlações bivariadas é um procedimento que calcula o coeficiente de correlação de Pearson, o Rho Spearman, Kendall e do Tau-b com seus significativos níveis. Antes de calcular um coeficiente de correlação, para a tela os seus dados anômalos (o que pode gerar resultados enganosos) e provas de uma relação linear. Coeficiente de correlação de Pearson é uma medida de associação linear. Duas variáveis relacionadas podem ser perfeitamente, mas, se a relação não é linear, coeficiente de correlação de Pearson não é um dado estatístico adequado para medir sua associação.

A Regressão Linear modela estimativas dos coeficientes da equação linear, envolvendo uma ou mais variáveis independentes, que melhor predizem o valor da variável dependente. Onde a finalidade das variáveis independentes adicionais é melhorar a capacidade de predição em confronto com a regressão linear simples. Isto é, reduzir o coeficiente do intercepto, o qual, em regressão, significa a parte da variável dependente explicada por outras variáveis, que não a considerada no modelo matemático da equação da regressão múltipla tem a forma seguinte:

$$Y_c = a + b_1X_1 + b_2X_2 + \dots + b_kX_k, \text{ onde:}$$

- a = intercepto do eixo y;
- $b_i$  = coeficiente angular da i-ésima variável;
- k = número de variáveis independentes.

ou, como define WONNACOTT (1981, p. 326):

$$Y_i = \alpha + \beta X_i + \gamma Z_i + e_i, \text{ onde:}$$

$\beta$  é interpretado geometricamente como o coeficiente angular do plano, na medida em que nos deslocamos na direção do eixo dos X's, mantendo Z constante:  $\beta$  é, assim, o efeito marginal da variável X sobre Y.

Assim, verificando a relação entre os benefícios dos Programas de Transferência de Renda Direta e a melhoria nos indicadores sociais e econômicos do Estado do Rio Grande do Norte.

### **A mudança dos indicadores sociais no Rio Grande do Norte**

No que se refere a indicadores que refletem a informação da situação financeira, temos o indicador sócio econômico que mede a Proporção da Pobreza que é a distância que separa a renda domiciliar *per capita* inferior a  $\frac{1}{2}$  salário mínimo. Também são definidos como pobres os indivíduos cuja renda familiar *per capita* é inferior ao valor que corresponderia às necessidades básicas (alimentação, habitação, transporte, saúde, lazer, educação, etc), enquanto que, definem-se como indigentes aqueles cuja renda familiar *per capita* seja inferior ao valor necessário para atender tão somente às necessidades básicas da alimentação, ou seja, renda *per capita* de até  $\frac{1}{4}$  de salário mínimo. Estes indicadores são de bastante relevância, pois foram criados através de estimações baseadas nas recomendações da FAO/OMS (1985) e referenciadas pela CEPAL/IPEA/FJP que através de pesquisas determinaram que este indicador fosse o divisor monetário para classificação da extrema pobreza ou indigência.

Vale salientar que, as pessoas que estão com renda *per capita* abaixo da linha de extrema pobreza (indigente), também são as mesmas pessoas que estão abaixo da linha de pobreza, porque estão contidas no grupo de pobres.

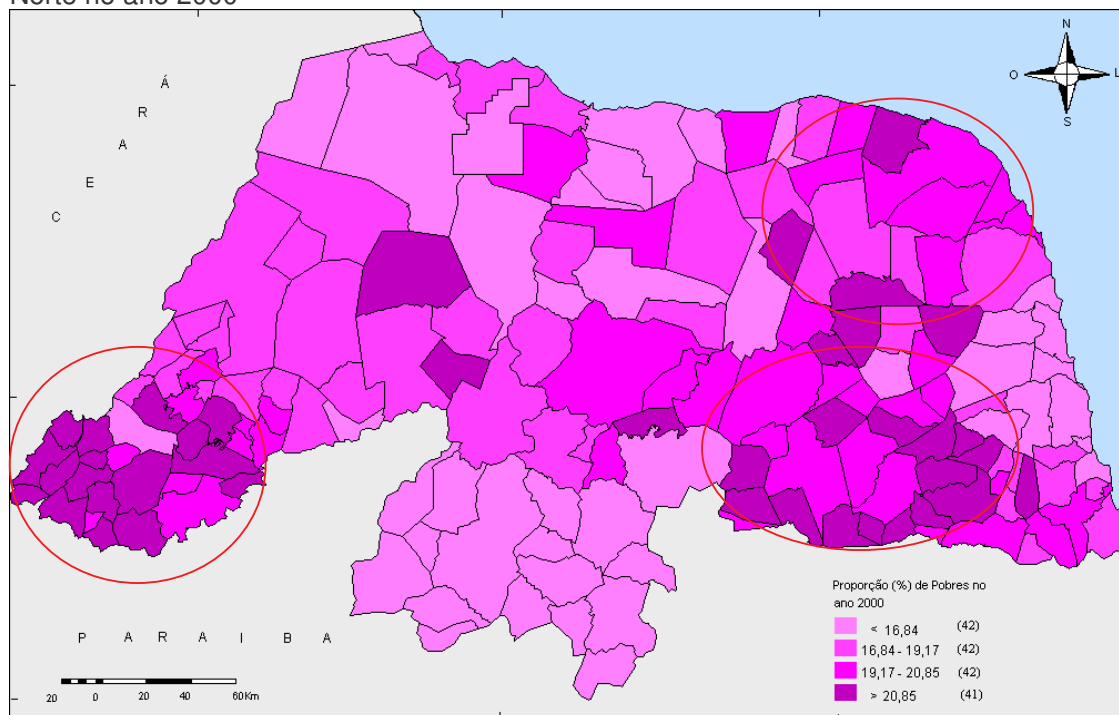
Uma vez reconhecida a importância da renda como um dos principais determinantes do nível de bem-estar da população, o parâmetro denominado linha de pobreza passa a desempenhar papel central na determinação da incidência de pobreza no que ela depende da capacidade de consumo no âmbito privado. Esse parâmetro serve ainda para a caracterização dos pobres em relação a outros aspectos da qualidade de vida não diretamente dependentes da renda, mas que têm papel fundamental na determinação do nível de bem-estar, como as condições de acesso a serviços públicos básicos.

Os Mapas 01 a 03 mostram também a desigualdade de distribuição de renda nos municípios do RN. Tal índice revela que a renda média no RN é significativamente mal distribuída nos municípios, podendo associar ao desfavorecimento da economia regional e a articulação de economia redistributivas, necessariamente desejável, à distribuição perfeitamente equitativa da renda como o cenário de redução do grau de pobreza a partir da repartição progressiva dos recursos disponíveis. Quadro este que vem sofrendo nos últimos seis anos influencia das políticas de redistribuição de renda que vêm impactando na diminuição de pobres no RN.

No Rio Grande do Norte no período de 2000 à 2007 a Proporção de Pobreza segue uma tendência de queda que pode ser observada em todo o Brasil, diminuindo progressivamente de 55,65% em 2000 para 19,30% em 2004 e 18,70% em 2007. Ou seja, uma queda de 36,95 pp., o que corresponde a 1,0 milhão de pessoas pobres que saem da situação de pobreza, nos últimos seis anos.

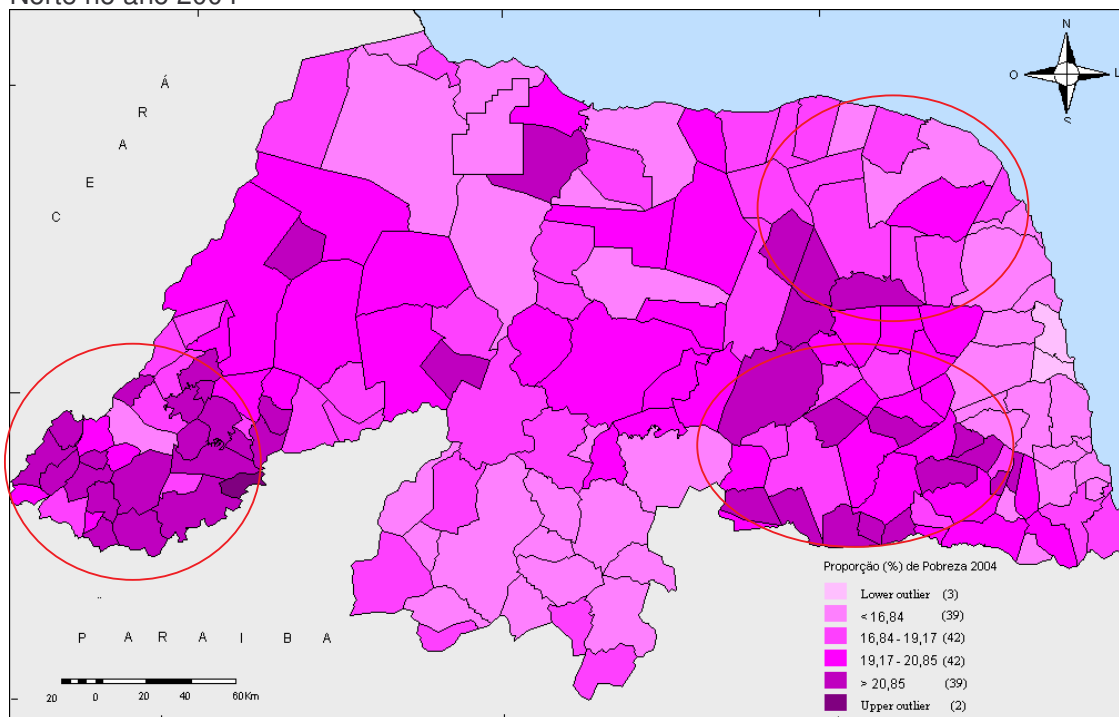
Em destaque, nos Mapas 01, 02 e 03 as microrregiões do Alto Oeste; Agreste e Borborema Potiguar; e Litoral Nordeste e Baixa Verde Potiguar, que no ano de 2000 e 2004 apresentam altas proporções de pobres, mas que no ano 2007 diminuem significativamente o número de pobres (Mapas 1, 2 e 3). Devemos relacionar a isso, a grande campanha do Programa Bolsa Família que tem alcançado mais de 72% na região do Alto Oeste, 67,9% de Cobertura na região de Agreste e 65,6% na região do Litoral Nordeste e Baixa Verde conforme mostrado o Mapa 04.

**Mapa 01:** Mapa dos quantis da Proporção de Pobres nos municípios do Rio Grande do Norte no ano 2000



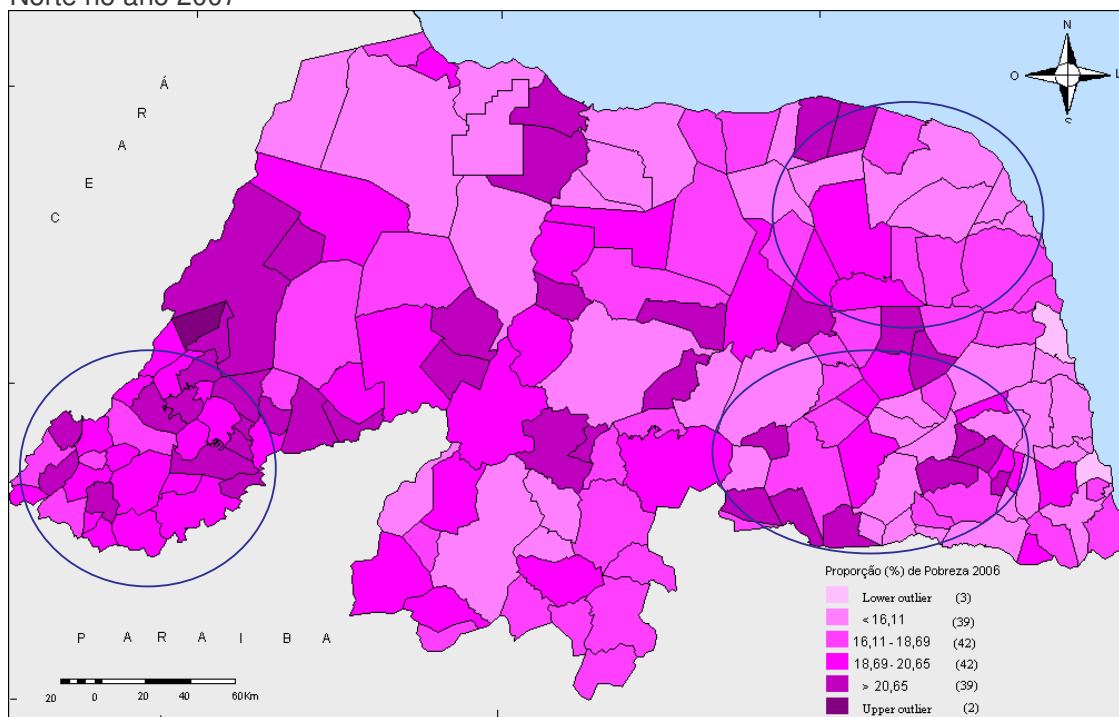
Fonte: Censo 2000 - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

**Mapa 02:** Mapa dos quantis da Proporção de Pobres nos municípios do Rio Grande do Norte no ano 2004



Fonte: PNAD 2004 - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

**Mapa 03:** Mapa dos quantis da Proporção de Pobres nos municípios do Rio Grande do Norte no ano 2007



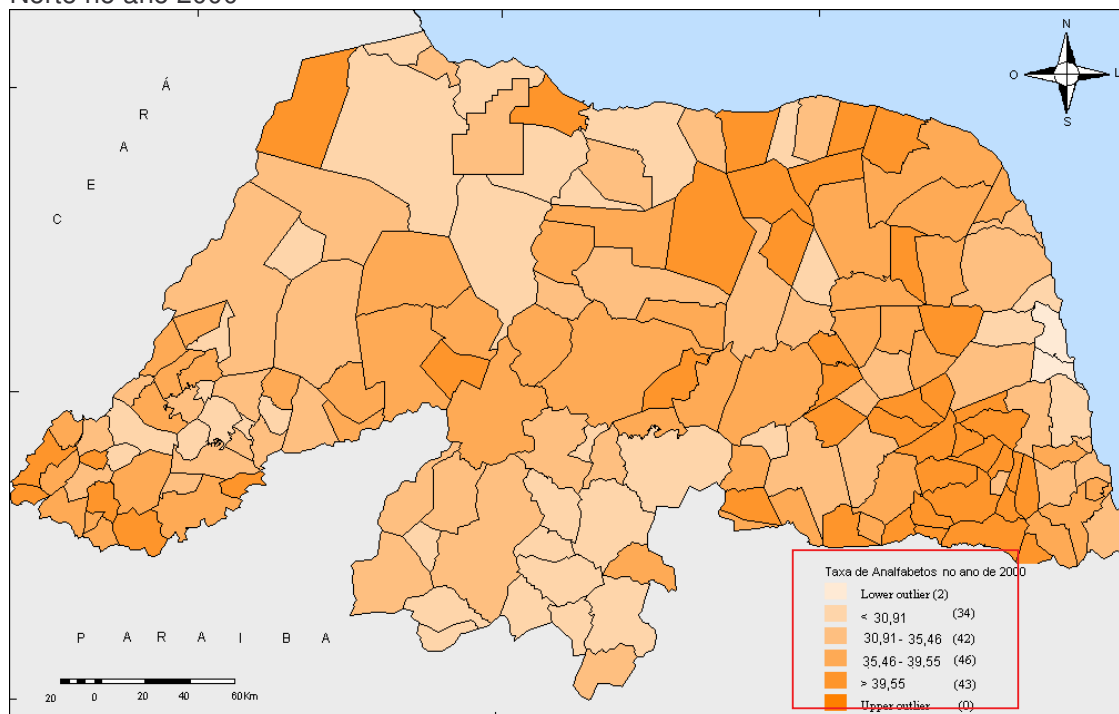
Fonte: PNAD 2006 - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

Com a transferência e redistribuição de renda pode se aferir que ocorra um fortalecimento das economias locais e um engajamento das famílias com as condicionalidades dos programas sociais PETI e Bolsa Família. Porque as condicionalidades para participação no programa diz que as famílias devem proporcionar às crianças cadastradas no programa, a frequência escolar, estar em dia com a saúde, verificação feita através do acompanhamento médico na carteira de vacinação.

Quanto aos indicadores Educacionais no Estado do RN, os que tiveram positiva modificação foram os indicadores de Taxa de Analfabetismo e Taxa de Abandono Escolar que diminuíram em todos os municípios do Estado. Resultado de várias políticas de investimentos na educação e das políticas de transferência de renda direta que tem como condicionalidade de permanência o controle da assiduidade escolar das crianças cadastradas nos Programas.

Como referido, os Mapas 04 e 05 mostram em suas legendas a grande redução da Taxa de Analfabetismo nos municípios, além da visível mudança deste indicador nos referidos mapas.

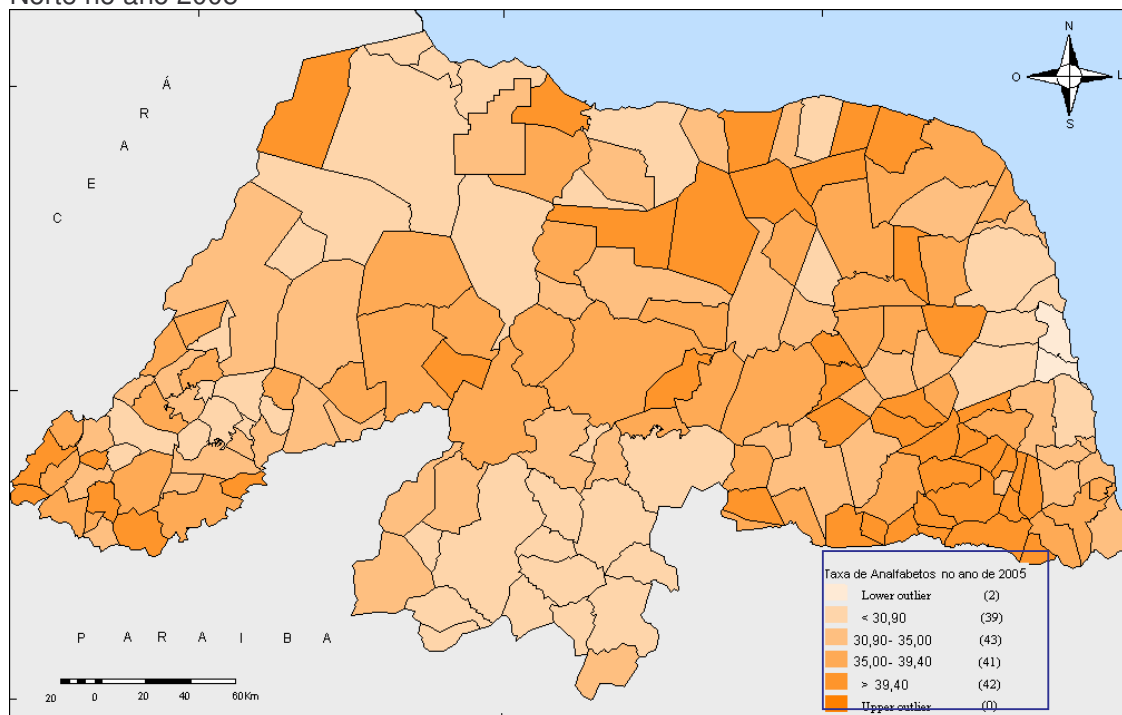
**Mapa 04:** Mapa dos quantis da Taxa de Analfabetismo nos municípios do Rio Grande do Norte no ano 2000



**Fonte:** Ministério da Educação (INEP) e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)



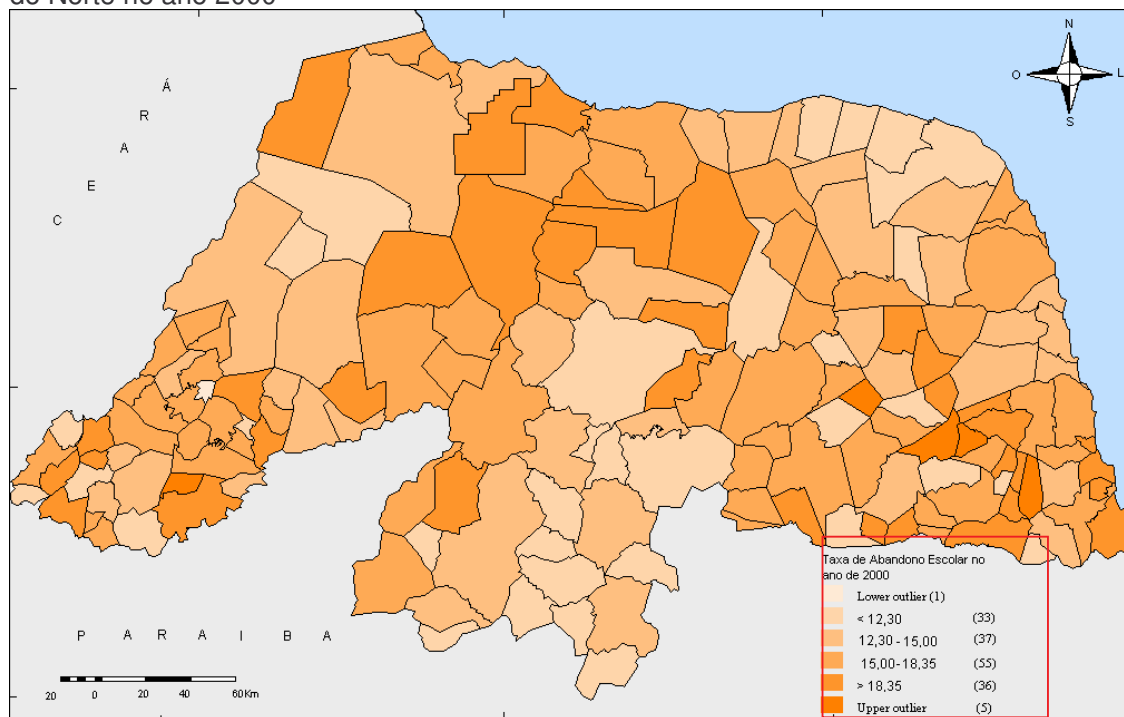
**Mapa 05:** Mapa dos quantis da Taxa de Analfabetismo nos municípios do Rio Grande do Norte no ano 2005



Fonte: Ministério da Educação (INEP) e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

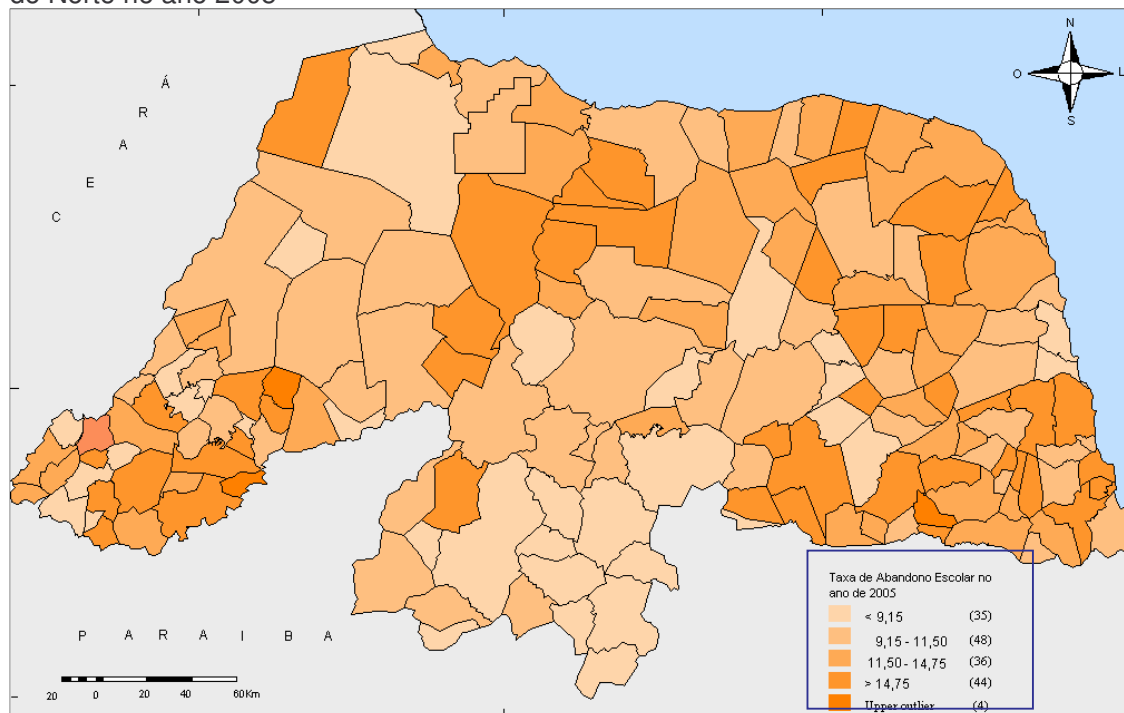
Já quanto as Taxa Aprovação, nos municípios do RN, se têm percebido um crescimento de 1,2 pp. No entanto a Taxa de Reprovação também aumenta. Enquanto o Rio Grande do Norte tem uma taxa e aprovação de 68,4 em 2005 à média da Taxa de aprovação no Brasil foi 79,4 e o Nordeste foi 71,4. A Taxa de Abandono caiu de 2000 para 2005 4,5 pontos para o Brasil, 5,3 para no Nordeste e 3,8 pp. e no Rio Grande do Norte, caiu de 15,8 para 12,0 neste período. No que se refere á Taxa de Repetência Escolar passa de 16,8 para 19,6 no ano de 2005 aumentando 3,2 pp.. (Ministério da Educação/ INEP/DataEscola). No entanto a Taxa de Abandono permanece em queda, ou seja, é um reflexo das políticas de incentivo à freqüência escolar como é o caso do PETI e o Bolsa Família que vem estimulando a permanência desta criança na escola. Como mostrado nos mapas 06 e 07.

**Mapa 06:** Mapa dos quantis da Taxa de Abandono Escolar nos municípios do Rio Grande do Norte no ano 2000



Fonte: Ministério da Educação (INEP) e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

**Mapa 07:** Mapa dos quantis da Taxa de Abandono Escolar nos municípios do Rio Grande do Norte no ano 2005



Fonte: Ministério da Educação (INEP) e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

O perfil sócio econômico do estado mostra uma significativa melhoria em seus indicadores sociais, vitais de educação e redistribuição de renda, haja vista a significativa melhora na Esperança de Vida que nos últimos anos, onde em 1980 o cidadão norteroi-grandense tinha uma expectativa de vida estimada em 58,19 anos. Já no ano de 1991, ela subiu para 63,28 e em 2000 para 67,98 anos. E ultimamente, como foi calculado em 2006 para 70,10 anos (IBGE).

Como medida de diminuição de pobreza e desta má distribuição de renda, o Brasil tem implementado políticas e programas de redistribuição de renda que vem amenizando o hiato de pobreza que atinge a sociedade brasileira. Um exemplo de programa responsável pela melhor redistribuição de renda entre os pobres e miseráveis é o Programa Bolsa Família que atende com renda abaixo de  $\frac{1}{2}$  salário mínimo, *per capita*, implicando num maior fluxo de capital nas várias atividades econômicas do município. Esta dinâmica na pequena cidade equivale a um maior fluxo de capital, além de outros aspectos no sentido do capital social que refletem na melhoria dos indicadores que são conferidos na população potiguar.

Nesses termos, o objetivo deste trabalho é, a partir de alguns critérios propostos na literatura pertinente que são baseados em diferentes soluções de compromisso entre “eficiência econômica” e “justiça social”, proceder à comparação das transferências de renda com a melhoria dos indicadores sociais nos municípios do Rio Grande do Norte.

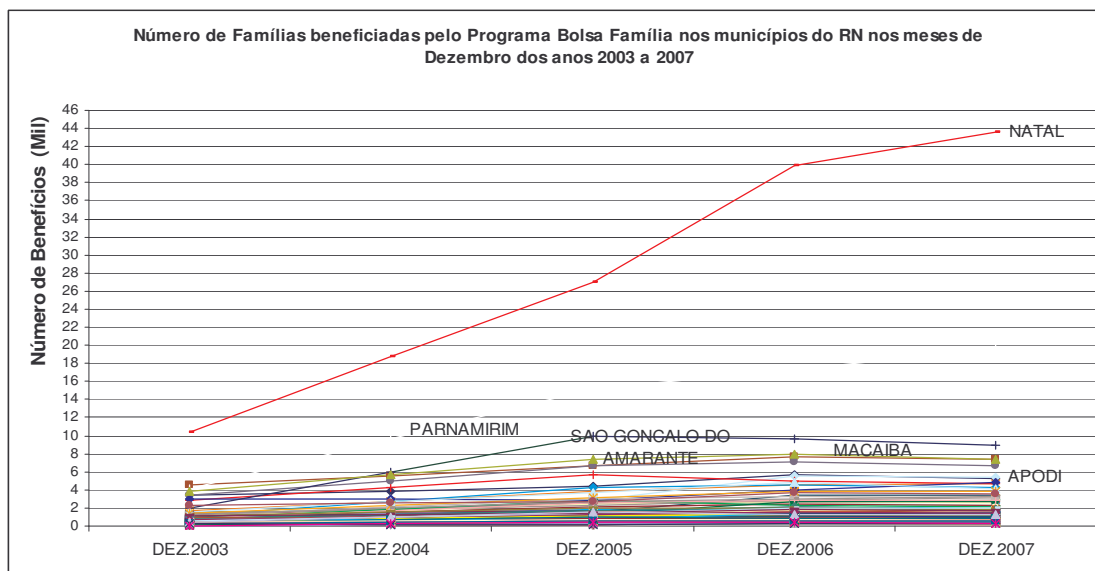
Para um melhor entendimento da grandeza destes Programas, este trabalho avalia o Grau de Cobertura, ou seja, a percentagem de famílias beneficiadas em razão do número total de famílias no município, comparando também o volume de recursos do programa, para mostrar sua importância na dinâmica social e econômica nos municípios do Rio Grande do Norte.

Atendendo a esta proposta faz-se necessário fazer uma contextualização com o perfil sócio demográfico do estado.

O estado do RN tem uma população de aproximadamente de 3.013.740 milhões de pessoas (Contagem Populacional 2007/IBGE), no entanto deste montante, o Ministério de Desenvolvimento Social atendeu 302,7 mil famílias que foram beneficiadas, por mês, no ano de 2007 (MDS). Estima-se que, se em média, uma família tem quatro pessoas, pode-se contabilizar aproximadamente 1,2 milhões de pessoas são beneficiadas pelo Programa Bolsa Família, o que demonstra que, aproximadamente 40% da população do RN está direta e indiretamente sendo alcançada pelo benefício.

Para uma melhor compreensão deste cenário, se faz necessário à leitura dos mapas confeccionados a partir de algumas estatísticas como: número de benefícios, grau de cobertura e repasses do Programa Bolsa Família nos municípios do Rio Grande do Norte.

**Gráfico 01:** Número de Famílias beneficiadas pelo Programa Bolsa Família nos meses de Dezembro dos anos de 2003 a 2007 nos municípios do RN.



Fonte: Ministério Do Desenvolvimento Social E Combate À Fome, de Junho de 2006 à Maio de 2007

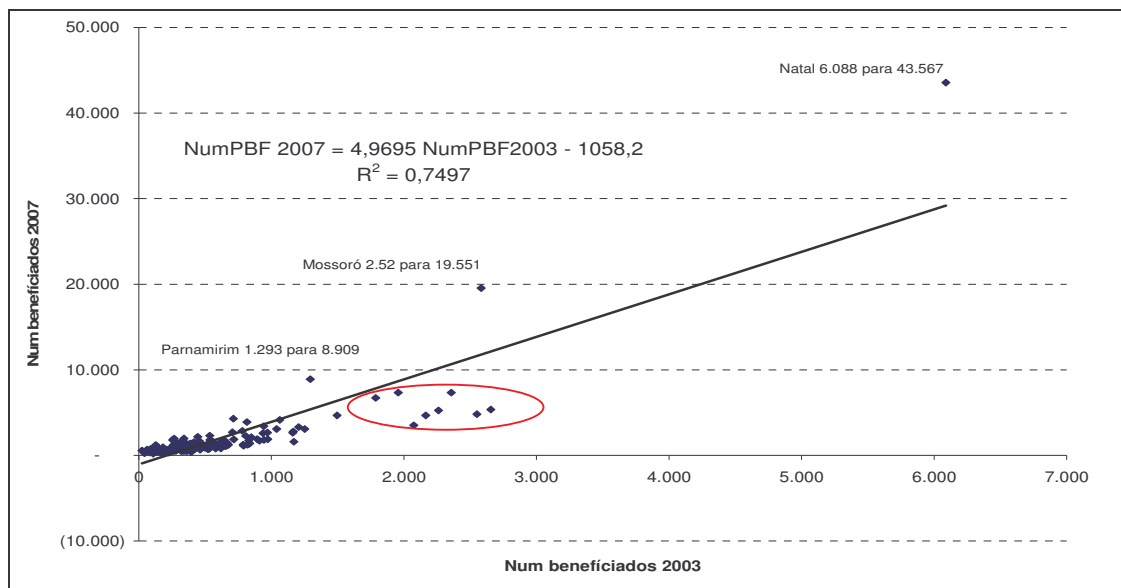
O Gráfico 01, mostra o número de benefícios nos municípios do RN entre os meses de Dezembro de 2003 a Dezembro de 2007, que demonstram a não alteração no número de beneficiados de famílias beneficiadas, a exceção foram os municípios de Mossoró e Natal que tiveram um considerável aumento, Mossoró que incluiu 2.307 mil famílias e Natal que fez a inclusão de 3.128 mil famílias beneficiadas.

A importância da expansão do Programa Bolsa Família, após a sua criação, e a unificação com os Programas Bolsa Escola, Auxílio Gás, Cartão Alimentação, Bolsa Alimentação e mais recentemente o PETI atinge um impacto redistributivo muito maior ocorrido pela expansão do programa. A análise de impacto geralmente trata dos efeitos sobre alguém que recebeu o programa, mas importa também saber o número de famílias que recebem o programa e se este número aumentou substancialmente após a sua criação. A quantidade de repasses em Dezembro de 2003 foi de 96.476 benefícios enquanto que 302.700 benefícios foram repassados em Dezembro de 2007. Esta notável expansão não só causou um efeito redistributivo, mas também potencializou qualquer impacto positivo do Programa Bolsa Família no Estado o Rio Grande do Norte.

No município de Natal o número de benefícios em 2003 passa de 6.088 para 43.567 e em 2007 a cidade de Mossoró passa de 2.520 para 19.551 e em Parnamirim passa de 1.293 para 8.909. Percebe-se que existe na maioria dos municípios uma relação de aumento em três vezes o quantitativo de benefícios, durante este período de 2003 a 2007,

no entanto há municípios que tiveram crescimento menor, como são observados os pontos que estão afastados da reta de regressão, que estão em destaque no Gráfico 02.

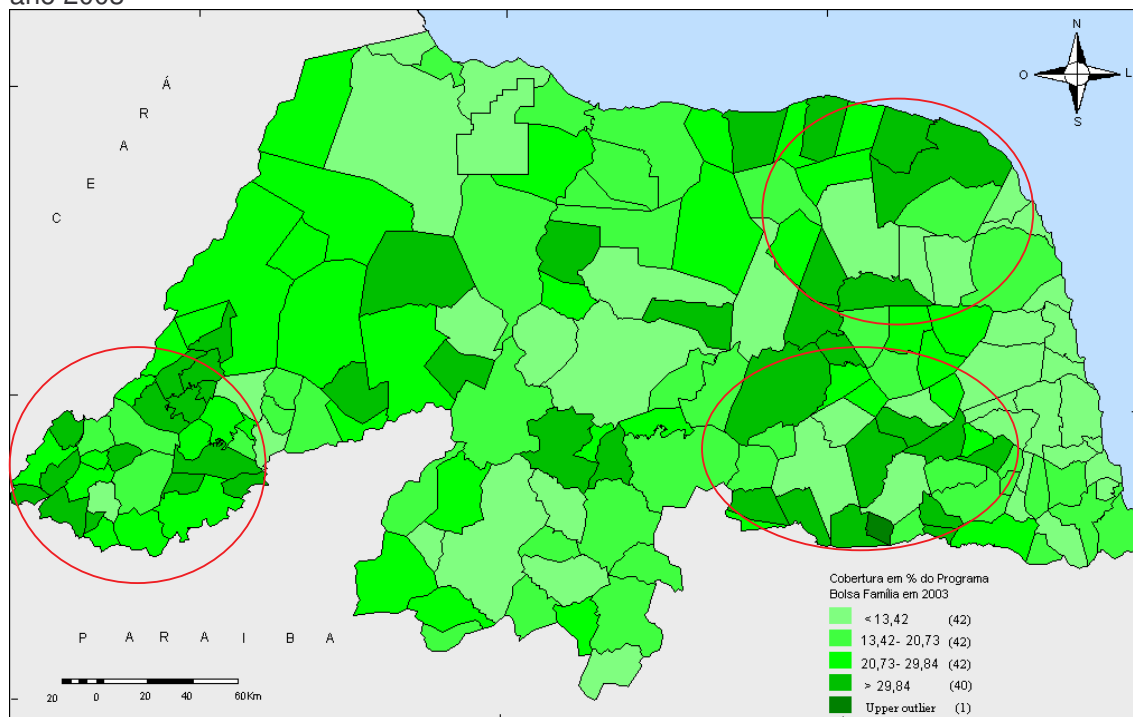
**Gráfico 02:** Correlação entre o Número de benefícios do Programa Bolsa família em 2003 & Número de benefícios do Programa Bolsa família em 2007



**Fonte:** Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome

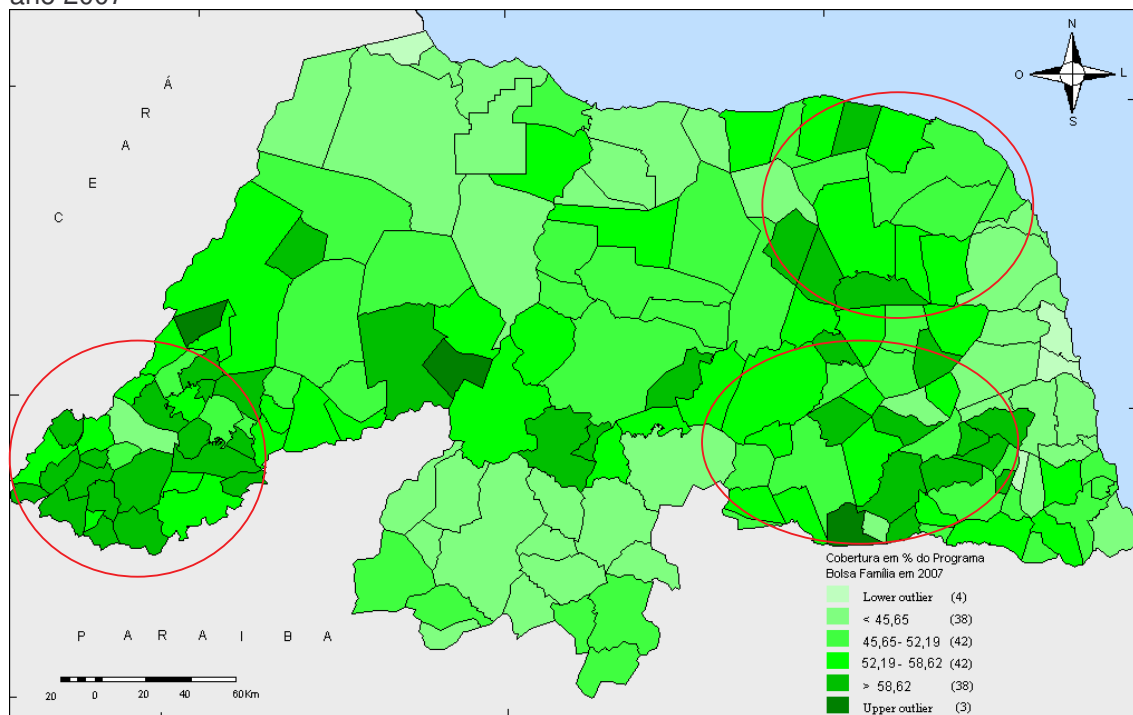
Quanto à cobertura do Programa Bolsa Família nas famílias, observa-se a abrangência do programa através das legendas dos Mapas 08 e 09, que mostra como a intervenção do Programa está associada à queda do número de pobres no Estado do Rio Grande do Norte no período de 2003 a 2007 como mostra a Tabela 01.

**Mapa 08:** Cobertura do Programa Bolsa Família nos municípios do Rio Grande do Norte no ano 2003



**Fonte:** Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome

**Mapa 09:** Cobertura do Programa Bolsa Família nos municípios do Rio Grande do Norte no ano 2007

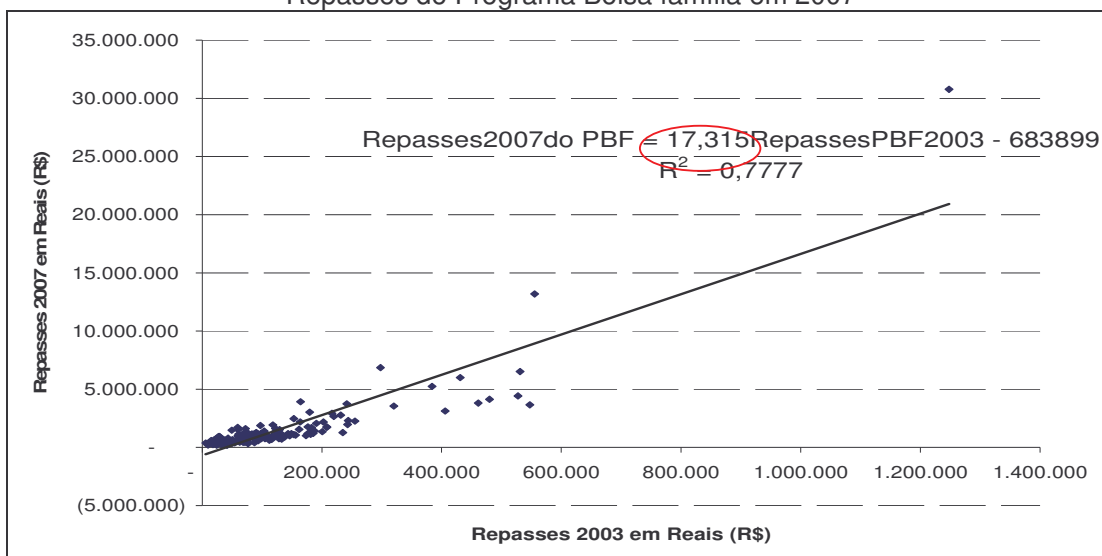


**Fonte:** Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Os repasses pelo Programa tiveram um crescimento muito superior, isto se deve, com certeza, ao período de consolidação dos dados que, para o MDS foi somente dos três últimos meses de 2003 e para o ano de 2007 foram para os 12 meses de pagamento. Ou seja, os repasses de 2003 foram consolidados pelo Sistema, somente os meses de outubro, novembro e dezembro enquanto que 2007 foram consolidados pelo sistema todos os meses do ano. Onde o aumento médio foi de 17,3 vezes , em destaque no gráfico Gráfico 03.

Em geral, os municípios mantêm esta proporção de aumento, no entanto Natal e Mossoró são pontos *outlayers* que aumentam numa proporção muito maior. Natal sai de R\$ 1,2 mil em repasses para R\$ 30,7 milhões de repasses em 2007 e Mossoró passa de R\$ 555,3 mil para R\$ 3,1 milhões 2007.

**Gráfico 03:** Correlação entre os Repasses do Programa Bolsa família em 2003 & Repasses do Programa Bolsa família em 2007



**Fonte:** Produção do Autor a partir de dados do MDS.

Segundo as simulações realizadas pelo IPEA<sup>5</sup>, se esse conjunto de benefícios fosse suspenso, o impacto sobre a linha de extrema pobreza, considerada como sendo uma renda mensal *per capita* de até um quarto de salário mínimo, seria elevada em mais de 10 pontos percentuais, o que colocaria abaixo dela cerca de 400 mil pessoas no Rio Grande do Norte e 17 milhões de pessoas no Brasil. Além disso, o IPEA afirma que apesar da melhora na renda dos mais pobres, à distância em relação aos mais abastados pouco se alterou.

<sup>5</sup> Relatório sobre Análise das principais causas da queda recente na desigualdade de renda brasileira. IPEA/2006

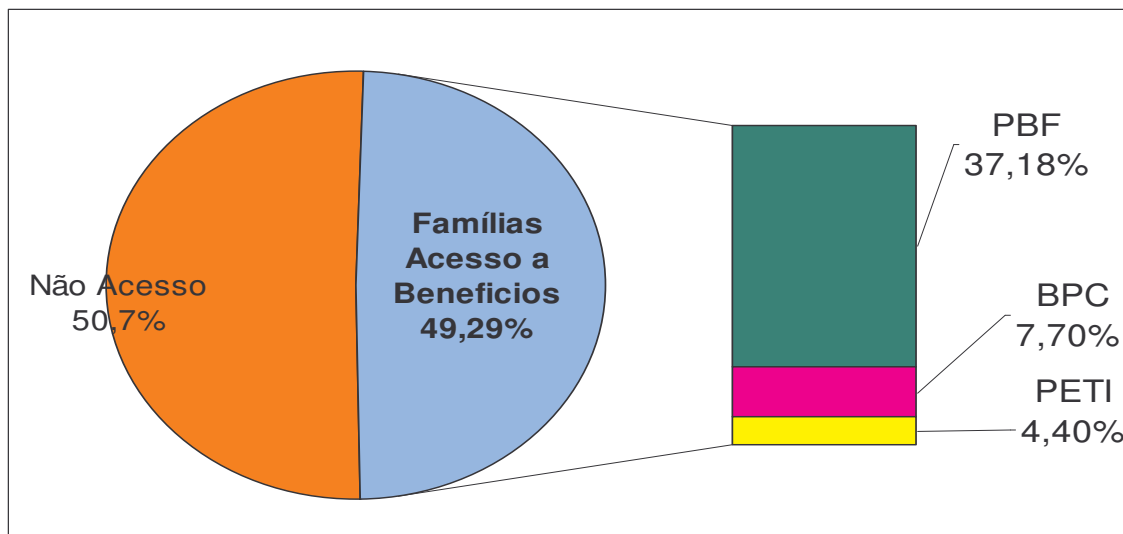
Para a maioria das famílias beneficiadas, a transferência recebida é um recurso de complemento de renda, porém em muitas vezes, os recursos advindos desses programas ultrapassam uma parte do total de sua renda mensal. Enquanto que, para outras, os benefícios correspondem à única fonte de renda disponível. Tais informações quando confrontadas com a realidade avalia que mais da metade das famílias de um município é pobre por receber o benefício. Portanto, é possível considerar que esses programas cumprem predominantemente o objetivo de aumentar e dar maior estabilidade proporcionando uma renda às famílias, ampliando a possibilidade de acesso a bens e serviços e ao crédito. Isto significa melhoria do padrão de consumo, especialmente em regiões economicamente não dinâmicas, a possibilidade de constituir um negócio próprio ou de aprimorar a capacitação profissional. Em outros termos, ao se admitir que as potencialidades de inserção produtiva dos beneficiários de programas de transferência de renda tendem a ser maiores quando atingem famílias residentes em áreas economicamente diversificadas e dotadas de infra-estrutura. A expansão de tais programas pode levar a resultados mais promissores que os tradicionalmente considerados por seus formuladores e seus críticos.

De todas as políticas a cobertura no Programa Bolsa Família é a que tem maior abrangência e conseqüentemente maior impacto redistributivo. Este impacto tem mostrado uma significativa correlação com a diminuição de pobres e miseráveis nos municípios do Rio Grande do Norte.

Numa visão da totalidade dos Programas de transferência de renda direta, no RN 49,29% das famílias receberam algum benefício do tipo: Bolsa Família, Benefício de Prestação Continuada ou PETI. Sendo que deste montante, 37,18% das famílias foram beneficiadas pelo Programa Bolsa Família; 7,7% receberam o BPC e 4,4% receberam o PETI, como mostra o Gráfico 04.



**Gráfico 04:** Distribuição das famílias, segundo o acesso a benefícios públicos de transferência de renda direta, no RN em 2007

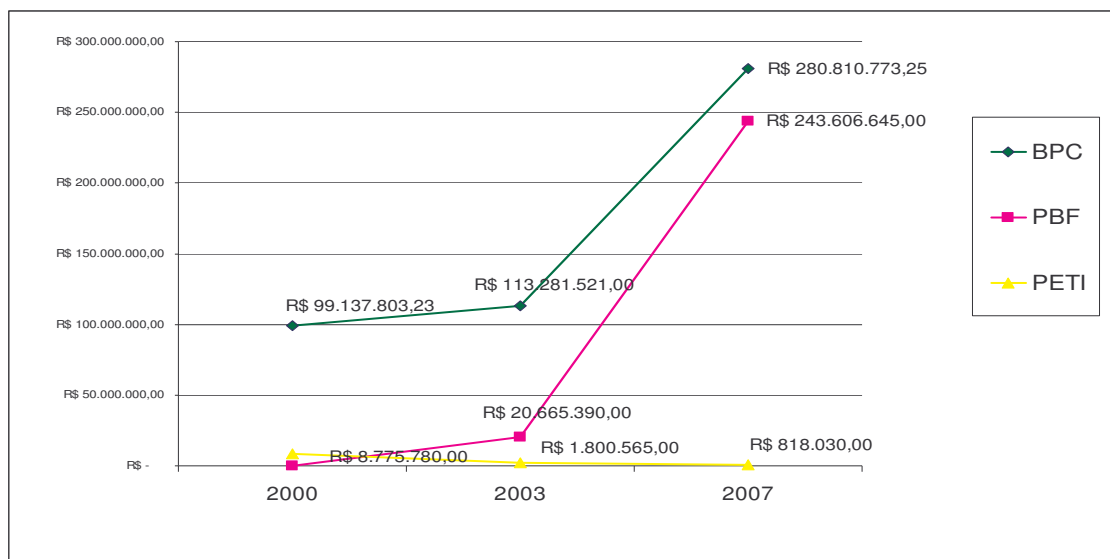


**Fonte:** Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Ministério de Desenvolvimento Social (MDS)

No que se refere a este percentual pode-se dizer que aproximadamente 401.273 famílias são beneficiadas por um destes Programas. Deste total, 302.720 são de Bolsa Família, 166.676 são de Aposentados Rurais, 62.702 são de Benefício de Prestação Continuada e 35.851 são do PETI. Estes repasses foram feitos para as famílias do Estado Rio Grande do Norte no ano 2007.

No Gráfico 05 Nas transferências de recursos, é importante observar as similaridades dos repasses, onde os benefícios do Programa Bolsa Família são responsáveis por maior fluxo e renda nos municípios do Rio Grande do Norte. O impacto deste universo de recursos na redução das desigualdades sociais é de observável relevância o enfrentamento à miséria e à fome.

**Gráfico 05:** Repasses de Transferência de Renda para os municípios do Rio Grande do Norte nos anos 2000, 2003 e 2007



**Fonte:** Ministério de Desenvolvimento Social (MDS) e Instituto Nacional Previdência Social (INSS/RN)

Os benefícios do Programa Bolsa Família inserem no contexto econômico do Estado, no ano de 2007, uma quantia de R\$ 243,6 milhões, enquanto o Benefício de Prestação Continuada transfere R\$ 280,8 milhões, e o PETI repassou R\$ 0,81 milhões no ano de 2007.

Além destes programas de transferências diretas, se têm as transferências constitucionais que são repassadas para a administração dos municípios do RN. Como referencia, o Fundo de Participação Municipal (FPM) que repassou para o Estado a quantia de R\$ 318,1 milhões e o FUMDEB, que é vinculado a investimentos na educação, investiu R\$ 137,0 milhões no ano de 2007.

Para o Rio Grande do Norte, o sistema de Proteção Social que envolve vários programas de repasses diretos tem cumprido o pagamento anual de quantias R\$ 158,8 milhões em 2000, R\$ 265,0 milhões em 2003 e R\$ 528,1 milhões de reais em 2007. No caso das aposentadorias rurais do Estado, o custo anual em 2007 foi de R\$ 735,0 milhões que atenderam diretamente 5,53% da população com um repasse de um salário mínimo (R\$ 415,00).

Já o Programa de Benefício Continuado para Deficientes e Idosos (BPC) beneficia, em 2007, a um custo de R\$ 280,0 milhões uma população de 2% com repasses de um salário mínimo (R\$ 415,00).

O Programa PETI, entretanto, é o que atinge menor percentual populacional, mas tem uma eficiência em acompanhamento direto das mais eficazes com o acolhimento de 35.851 crianças ou jovens que recebem R\$ 25,00 ou R\$ 40,00 mensais além de receberem acompanhamento nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS).

E o Programa Bolsa Família repassou no ano de 2007, diretamente aproximadamente 10% da população norterio-grandense que equivale a 302,7 mil famílias que receberam R\$ 243,6 milhões de valores que variam de R\$ 20,00 à R\$ 182,00.

Numa análise estatística das relações entre a número de pessoas que recebem algum benefício e o número de pessoas que saem da situação de pobreza e/ou extrema pobreza, se faz necessário o estudo da correlação e da regressão multivariada destas variáveis.

Numa análise estatística das relações entre a número de pessoas que recebem algum benefício e o número de pessoas que saem da situação de pobreza, se faz necessário o estudo da co relação e da regressão multivariada destas variáveis.

**Tabela 01:** Análise de Correlação e Regressão utilizando ANOVA e Teste F

Variables Entered/Removed <sup>b</sup>						
Model	Variables Entered	Variables Removed	Method			
1	CobPET_07, CobLo07, CobPBF07a	.	Enter			
a. All requested variables entered.						
b. Dependent Variable: Dif per pobres00_07						
Model Summary						
Model	R	R Square	Adjusted R Square	Std. Error of the Estimate		
1	0,315a	0,099	0,083	8,16		
a. Predictors: (Constant), CobPET_07, CobLo07, CobPBF07						
ANOVA <sup>b</sup>						
Model		Sum of Squares	df	Mean Square	F	Sig.
1	Regression	1199,919	3	399,973	6,000	0,001a
	Residual	10865,248	163	66,658		
	Total	12065,166	166			
a. Predictors: (Constant), CobPET_07, CobLo07, CobPBF07						
b. Dependent Variable: Dif per pobres00_07						

Coefficients <sup>a</sup>						
Model		Unstandardized Coefficients		Standardized Coefficients	t	Sig.
		B	Std. Error.	Beta		
1	(Constant)	29,050	2,922	.	9,940	0,000
	CobPBF07	0,205	0,054	0,289	3,766	0,000
	CobLo07	0,111	0,145	0,057	0,763	0,446
	CobPET_07	0,231	0,083	0,216	2,790	0,006

a. Dependent Variable: Dif per pobres00\_07

Fonte: Produção do autor no software SPSS

Na análise de correlação as variáveis eleitas para explicar o movimento da relação entre a queda da proporção de pobres e a cobertura dos programas Bolsa Família, BPC e PETI nos municípios do Rio Grande do Norte demonstraram uma moderada correlação. As que tiveram maior correlação com a queda da proporção de pobres são a cobertura do Programa Bolsa Família (PBF) que foi de 0,236 e a cobertura do Programa PETI com correlação 0,141 e o Cobertura do Programa BPC- Loas com 0,016. E A análise de Regressão das variáveis que são: Percentual de Pessoas que saíram de baixo da linha de Pobreza entre os anos de 2000 a 2007 (IBGE/MDS) e cobertura dos Programas Bolsa Família, Aposentadorias Rurais, BPC e PETI nos municípios do Rio Grande do Norte. Apresentam uma relação linear de ajustamento baixo que é representado pelo Coeficiente de Determinação (R-Quadrado) de 0,083, mas bastante significativo, pois o Teste F foi igual a 6.

Estas relações foram encontradas no Banco de Dados, mostrando que a cobertura de alguns programas como é o caso do Bolsa Família se relaciona com maior força (poder), pois o seu valor de explicação é maior que as dos outros programas. A equação matemática que representa a modelagem destas variáveis é:

$$\text{Saída da Pobreza} = 0,205\text{PBF} + 0,111\text{BCP} + 0,231\text{PETI} \pm 29,09$$

Onde Saída da Pobreza é o Percentual de Pessoas que saíram da Pobreza no Rio Grande do Norte, entre 2000 e 2007, que está relacionado 0,205 pontos com a Cobertura do Programa Bolsa Família, mais 0,11 pontos de relação com a Cobertura do Benefício de Prestação Continuada (BPC) e 0,231 pontos dos repasses do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) mais ou menos 29,09 explicado por outros fatores externos. Avalia-se então que pela modelagem do Banco de Dados as coberturas dos Programas: Bolsa Família, BPC e o PETI contribuíram positivamente para a saída de pessoas abaixo da linha de pobreza no Estado do Rio Grande do Norte. Esta realidade só nos traz a certeza de que, os programas de transferência de renda, são necessários para a construção de uma

sociedade mais justa, para ter um impacto significativo na redução das desigualdades na sociedade norte-riograndense.

Não há dúvida de que os programas de transferência de renda, voltados para qualquer campo social, representam um mecanismo de diminuição das mazelas mais perversas da pobreza, que é a fome. Para uma expressiva parcela da população brasileira que vive abaixo da linha da pobreza, os programas de transferência de renda se expressam diretamente na melhoria das condições materiais de vida, e indiretamente na melhoria da auto-estima da mulher e de todos os membros da família beneficiária, promovendo ainda a integração familiar. As experiências têm mostrado que as melhorias nas condições de saúde e nutrição, podem ser obtidas por intermédio das políticas sociais adequadas a exemplo dos programas de transferência de renda, enquanto a inclusão social e econômica não se torna plena.

Dessa forma, os Programas de transferência de renda vêm na esteira dos princípios fundamentais do povo brasileiro, o de construir uma sociedade livre, justa e solidária, de erradicar a pobreza e a marginalização reduzindo as desigualdades sociais e regionais. Assim, o compromisso do governo brasileiro em atingir os objetivos estabelecidos no ano de 2000, durante a Cúpula do Milênio das Nações Unidas por seus países-membro, reflete, também, os anseios e desejos da nossa sociedade.

### **Referencias Bibliográficas**

**CEPAL, Pobreza e Mercados no Brasil: uma análise de iniciativas de políticas públicas.** Brasília: Metas do Objetivo do Milênio. Escritório no Brasil/DFID, 2003.

**FAO/OMS. Necessidades de energia e proteínas. Genebra,** 1985 (Série Informes Técnicos, 724), 2003

**MDS, Plano Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Trabalhador Adolescente.** Ministério de Desenvolvimento Social, 2003

**PNAD, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004 e 2006.** Rio de Janeiro: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2007.

**UNFPA, A Promessa de Igualdade Equidade em Matéria de Género, Saúde Reprodutiva e Objectivos de Desenvolvimento do Milênio. a situação da população mundial 2005.** UNFPA, 2005.

**UNESCO. O Imperativo Da Qualidade: Relatório Conciso Educação Para Todos – UNESCO,** 2005.

**WONNACOTT, Thomas H. e Ronald J. Estatística Aplicada à Economia e à Administração.** Editora, 1981. p. 686.